



O contexto

Neto de imigrantes peninsulares miseráveis e filho de pais – para a época – remediados, educado dos onze aos vinte e três anos por missionários de uma congregação de origem franco-alemã-holandesa e impregnado fundamente dos princípios da tradição israelita-cristã, a igualdade de todos – independente de sexo, melanina, etnia, classe social etc². – tornou-se em mim uma segunda natureza. E, como integrante de uma geração que assistira à transformação intempestiva de um país semicontinental e agrário em uma potência urbano-industrial planetária, caracterizada pela espantosa explosão demográfica³ – cerca de 100.000.000 de bárbaros em três ou quatro décadas! – e pelo aumento exponencial da desigualdade, da miséria, do crime e da consequente desagregação civilizatória, minha visão política sempre tendeu a alinhar-se à esquerda.

Por outro lado, “cínico desde criancinha” – na definição de um antigo colega de seminário –, jornalista, economista e leitor compulsivo de todos os grandes historiadores do Ocidente, nunca acreditei em mitos. E convicto seguidor do princípio paulino (Romanos 13) da separação entre as esferas pública e privada, jamais sequer flertei

² Segundo a definição de Paulo de Tarso em Gálatas 3, 28: “Não há judeu nem grego, não há livre nem escravo, não há masculino e feminino, pois todos vós sois um, em Jesus, o Messias...”

³ V. “Brasil: do milagre à tragédia” (1964-2004), in *Marx enganou Jesus... e Lula enganou os dois* (Porto Alegre: BesouroBox, 2014).

com o totalitarismo marxista-leninista, que sempre considerei uma ideologia de facínoras. E, no Brasil, de tolos e/ou desequilibrados.

Em determinado momento, estas duas linhas de pensamento – que na visão colonizada e pedestre da esquerda brasileira são consideradas antagônicas – transformaram-se no estopim de um drama pessoal/intelectual. E deste drama nasceu *A nova classe*. Hoje, julgo ter perdido meu tempo. Mas assim foi porque assim tinha que ser: *Agora é tarde, Inês é morta* – como disse o grande vate. Resta narrar e explicar.

Política não é para nós. Nós temos que trabalhar – era o mantra de meu pai, que traduzia com precisão apodítica a visão difusa e o comportamento generalizado dos imigrantes peninsulares de segunda e terceira geração. *Aqui não se discute política* – decretavam meus mestres, nas décadas de 1950/60, quando algum dos colegas ousava citar um partido.

Apesar da intensa – ainda que secreta – ambição política, da constante atividade jornalística e da formação de economista, na prática segui sempre estes princípios em mim inculcados na juventude. Na década de 1980, nem mesmo a simpatia pelo Partido dos Trabalhadores e a proximidade com alguns de seus líderes no Rio Grande do Sul mudaram meu rumo⁴. E na primeira metade da década de 1990 filiei-me ao PSDB, mas logo tornei atrás, não apenas por dar-me conta de que o partido pouco futuro teria no estado mas principalmente por logo perceber que qualquer filiação partidária tolheria minha liberdade e afetaria minha credibilidade como jornalista e publicista. E ali pensei ter posto um ponto final na questão. Não foi assim.

A origem do texto

A história da redação de *A nova classe* é muito simples: redigi o texto durante a primeira quinzena de maio de 1999. E portanto nada

⁴ V. adiante, p. 207

mais haveria a dizer. Mas, pelas origens e pelas consequências, este foi um processo muito complexo. Porque entre 1994 e 2002 o Rio Grande do Sul viveu um período de agitação e radicalização marcado, de um lado, pela tentativa, coerente mas fracassada em parte, de modernização da administração pública e da estrutura econômica do estado e, de outro, por um projeto, espantoso e demente, de revolução bolchevique comandado por energúmenos saídos das páginas de Dostoievsky e por arcaicos nostálgicos dos extintos ranchos de pau-a-pique e das já em extinção pradarias do Pampa.

Desta estranha e assustadora *mélange* nasceu *A nova classe*, e não é de admirar que o texto tenha se transformado em clássico documento histórico e sua abrangência hoje, em 2015, tenha há muito ultrapassado as fronteiras do estado. Há lógica nisso, pois na insana visão de seus líderes, e de seus menestréis, a revolução bolchevique no Rio Grande do Sul equivalia ao *ensaio geral* de 1905 na Rússia czarista. Porque o Sul, um dia pelo Brasil falaria... Aliás, por lembrar Lênine, quais foram as *condições objetivas* que me levaram a redigir e publicar *A nova classe*? Tentarei apresentá-las de forma sumária.

Ao surgir na cena política brasileira, em São Paulo, em 1980, o Partido dos Trabalhadores contava entre seus fundadores com alguns intelectuais que se diziam marxistas, esquerdistas etc. – em sua maioria de tendência moderada⁵. Tanto isto é verdade que logo a seguir o novo partido viria a ser alvo de ataques por parte de integrantes dos grupelhos radicais da época – leninistas, trotsquistas, maoístas, guevaristas etc. –, que o qualificavam de *populista, oportunista, reformista e social-democrata*, termos que no léxico ideológico deles eram mais ou menos sinônimos e explicitamente ofensivos e anatematizantes. Em outras palavras, tais grupelhos viam na nova organização política um perigoso concorrente.

Exatamente quando e como este quadro começou a mudar é tema interessante para uma pesquisa. Mas não vem aqui ao caso. O certo é que por quase uma década a força política, aliás frágil, e a identidade ideológica do partido se identificavam – e assim ele era visto de fora – com a de quatro núcleos principais: os sindicatos

⁵ Muitos deles, aliás, anos depois deixaram o partido.

dos segmentos mais modernos da indústria paulista, os sindicatos das empresas estatais e do funcionalismo público em geral, incluindo as Universidades, os núcleos da Igreja Católica ligados ao ativismo social e parte da barulhenta juventude universitária dos grandes centros urbanos, principalmente do Sudeste e do Sul. Com as primeiras e importantes vitórias do partido (Porto Alegre e São Paulo) nas eleições municipais de 1988, este panorama modificou-se drasticamente. O que acontecera?

Perplexo, mas nem tanto, pois conhecia bem vários de seus integrantes, assisti, principalmente em Porto Alegre, aos desmandos administrativos e ideológicos dos governos petistas. E então, em artigos contundentes, comecei analisar a situação, que para mim assumira alguns aspectos estranhos e preocupantes. Afinal, como foi visto, considerando meu passado próximo e remoto, eu me sentia ligado informalmente ao partido. Foi neste contexto que, partindo para o confronto direto, em 1990 defini o Partido dos Trabalhadores como

um conjunto espantoso de corporativistas ensandecidos, adolescentes desorientados, arrivistas lépidos, totalitários enrustidos, messiânicos desarvorados, camponeses desesperados, lumpem-intelectuais arrogantes, sindicalistas mais ou menos ignorantes, ingênuos bem intencionados e demagogos ilustrados que haviam se transformado numa espécie de compacto rebotalho de vinte e cinco anos de profundas, caóticas e vertiginosas mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais. Em resumo, os petistas se apresentavam – e eram aceitos – como os novos cátaros, quando, na verdade, não passavam de um subproduto monstruoso e disforme de uma sociedade doente, sem norte e revolvida até as entranhas por um processo brutal e avassalador de modernização tecnológica, de produção e concentração de riqueza, de universalização do ensino e de um explosivo e rápido crescimento populacional⁶.

A definição, hoje famosa, provocou a ira das *brigadas petistas* de então. Mas era apenas uma visão objetiva e realista das forças que integravam o partido. E era também uma definição incompleta. Sim, já no final de 1992, quando as primeiras administrações petistas estavam se encerrando em São Paulo e Porto Alegre, eu havia percebido “as latentes tendências totalitárias” de muitos

⁶V. adiante, p. 214

integrantes do partido⁷. Porém eu vira então, e continuaria vendo por quatro ou cinco anos, apenas as árvores. Talvez por estar fora do centro e nunca ter ouvido falar do Foro São Paulo, eu não conseguia ver a floresta. Mas eu não perdia por esperar. Porque no início de 1999 veio o dilúvio. E, para mim, a revelação.

Marcada, no plano nacional, por dramáticos e sucessivos eventos políticos e econômicos⁸, a década de 1990 encerrou-se no Rio Grande do Sul com o fracasso do projeto modernizador de Antônio Britto, que postulava um segundo mandato, e a eleição, por escassa margem de votos, de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. Quanto a mim, já mergulhado há dois ou três anos na história do Cristianismo e das origens do Ocidente⁹, abandonara o publicismo político e enterrara para sempre a sempre secreta ambição de um *cursus honorum*, como diziam os romanos. Mas, de novo, não foi assim. Porque no dia da posse do novo governador a bandeira das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCs) tremulava firme em um dos mastros das sacadas do Palácio Piratini, anunciando uma nova era.

Não havia dúvidas: os novos inquilinos do Palácio comportavam-se como se houvessem vencido uma revolução pelas armas e não um eleição pelas urnas¹⁰, e proclamavam o início da bolchevização do Rio Grande do Sul. Habitado às ideias insanas e delirantes de alunos meus e ao “messianismo marxista” de alguns cristãos desgarrados – incluindo um ou dois antigos colegas de seminário –, não dei muita importância à bandeira das FARCs. Afinal, em comemorações semelhantes sempre são cometidos exageros. Mas eu estava enganado. E a prova disso me atingiu como um choque brutal logo nas semanas seguintes.

No círculo de minhas relações familiares havia pessoas que integravam os quadros do funcionalismo estadual. Certo dia, por necessidade, telefonei a uma delas:

⁷ V. “Enfim, sem máscaras!”, adiante p. 241

⁸ Eleição e *impeachment* de Collor de Mello, inflação, planos econômicos etc.

⁹ V. *Jesus e as origens do Ocidente*. Porto Alegre: BesouroBox, 3ª ed., 2014.

¹⁰ V. adiante, ao final.

– Secretaria X. Governo democrático e popular, às ordens.

Como? O quê? Pelos céus, aquela voz ressoa até hoje em meus ouvidos! No dia seguinte, mesmo sem necessidade, telefonei para outra área:

– Secretaria Y. Governo democrático e popular, às ordens.

Desliguei. E surtei! Assíduo leitor de Lênine, Bukhárin, Gramsci e outros menos conhecidos, eu sabia muito bem o que isto significava: a partidarização¹¹ da administração pública, o primeiro passo rumo ao totalitarismo.

Então *havia realmente um plano!* A bandeira das FARC não fora apenas um arroubo de vitoriosos. E o que se falava à boca pequena sobre as táticas de guerrilha do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sobre a presença de estrangeiros no estado¹² fazia parte de um conjunto coerente, de uma estratégia revolucionária para a tomada do poder. Isto era uma loucura! Mas que lógica nesta loucura! – como diz Polônio em *Hamlet*.

Porque então eu entendi tudo! O PT que eu conhecera, e com o qual simpatizara, estava morto há muito. Sim, porque então, como em uma revelação instantânea, reuniram-se em minha cabeça todas as informações dispersas de que eu dispunha e que me intrigavam – e vi a floresta! E compreendi tudo: os vários e variados grupos da esquerda marxista-leninista, remanescentes das duas décadas anteriores e agora travestidos de *tendências*, a partir da segunda metade da década de 1980 haviam tomado de assalto o partido, e este marchava para liderar uma frente ampla revolucionária internacional. Com o objetivo, como se dizia à época, sempre em voz baixa, “de conquistar na América Latina o que se perdera no Leste Europeu” com a desintegração da URSS.

Sim, a canibalização do PT fora um movimento tático brilhante. Mas era uma loucura! E esta loucura afetou-me fundamente. Nervoso, impaciente e inseguro, eu me perguntava se este *plano*

¹¹ O termo técnico, clássico, é *aparelhamento*. Aliás, esta tática foi usada com sucesso pelo PT a partir de 2002. *V. Marx enganou Jesus... e Lula enganou os dois* (Porto Alegre: BesouroBox, 2014).

¹² Chilenos, uruguaios etc.

louco era real ou se a loucura estava em mim. Dominado por uma compulsão que eu não entendia, comecei a pensar em escrever. O que só agravou a situação. Por que escrever? Por que envolver-me? Eu já renunciara a qualquer pretensão política! E sabia que nada teria a ganhar, “a não ser a compreensível sanha de uns e a inútil concordância de outros” – como digo ao final do texto. Angustiado, adoeci. Mas resisti até o final de abril. E então não houve saída: foram cerca de 200 páginas manuscritas em pouco mais de duas semanas. Por volta de 20 de maio o texto estava pronto. E os sintomas de uma possível doença haviam desaparecido.

Respirei aliviado por um mês. Mas, com o texto digitado e revisado, teve início a segunda parte do drama: publicar ou não publicar? Eu sabia: além de nada ganhar, poderia estar correndo riscos. Por isso, entreguei os originais a duas pessoas que haviam se disposto a lê-los: um jornalista, famoso à época e de tendências antipetistas, e um colega de magistério e editor, com as mesmas tendências. As respostas confirmaram meus piores temores. O primeiro foi seco: “É um panfleto. Não vou dar cobertura”. O segundo não deixou por menos: “É um texto hiperbólico, exagerado”.

Ali estava eu de volta ao começo. De novo sozinho, e em pior situação. O que fazer? Mais calmo – afinal, o escrever me livrara de um pesado fardo –, procurei identificar e calcular os riscos. Depois de uma ou duas semanas, concluí que havia basicamente três: a acusação de parcialidade, o risco físico e o risco intelectual.

Para o primeiro, encontrei logo uma solução: publicar a obra em coautoria, com um ensaio de um militante do partido. Mas quem aceitaria tal tarefa e quem seria o mais adequado para ser o escolhido? Então tive uma ideia: um leria o texto do outro apenas depois que a obra fosse impressa! Era uma ideia maquiavélica, mas honesta: por um lado, quanto mais opostas às minhas fossem as ideias do coautor, mais protegido eu estaria; por outro, ele teria a garantia de poder escrever livremente, contra mim e a favor do partido – afinal, minhas críticas ao PT eram públicas e notórias desde 1992 e haviam sido até publicadas em livro em 1995¹³.

¹³ *O pedagogo do PT*, v. adiante, p. 205

Assim, em duas ou três semanas este problema – a possível acusação de parcialidade – foi resolvido a contento¹⁴. E ali percebi que esta solução atenuava também, pelo menos em parte, o risco físico. Pois o clima se amenizara, o ambiente era de festa pelo vitorioso início da revolução bolchevique (!) nos Pampas e eu, bem, eu já era visto como um pobre-diabo¹⁵ que, por não acreditar na aurora de um novo mundo e no intempestivo nascimento do *homo novus gauderius*, perdera a razão e o rumo e estava “atentando injustamente” contra minha biografia e “desconstruindo” minha “dimensão de crítico literário” – como dissera, anos antes, um ex-peão e ex-patrão de CTG, recém-converso à diamantina fé na salvífica missão do messias gaúcho de Bossoroca e do metalúrgico pernambucano de Garanhuns...

Restava, porém, o terceiro risco – e aqui cessem todas as ironias. Pois os processos históricos são imprevisíveis, pelo menos a curto prazo. E se hoje, em 2015 e ao ritmo frenético da Operação Lava-Jato, é possível sorrir sadicamente, no primeiro semestre de 1999 no Rio Grande do Sul a situação era outra. O ar continuava pesado e nos segmentos mais esclarecidos da opinião pública havia perplexidade, tensão e medo. Perplexidade pela quase inexplicável¹⁶ vitória do candidato do PT, que fora muito bem votado nas regiões de grandes proprietários rurais e nos bairros ricos da capital; tensão pela intensificação das operações de paraguerrilha do MST; e medo pelos rumos que o novo governo estava seguindo.

Mas havia mais: parte significativa da mídia e da (pseudo)intelectualidade do estado aderira ou estava aderindo ao partido, que então – conforme escrevi à época – era visto como “vestal impoluta e jamais enxovalhada no lupanar das paixões políticas”. Além de ser incorruptível, é claro...

Ora, neste contexto podia-se pensar em tudo – menos em publicar a análise contundente e demolidora que eu tinha em mãos. Este era o terceiro risco, e o maior: o risco intelectual. E eu tinha perfeita noção do que significava, em termos de imagem pessoal, dar publicidade a meu texto. Se ele caísse no vácuo, se pelo menos parte da

¹⁴ O coautor foi o prof. João Hernesto Weber.

¹⁵ V. adiante, p. 237ss.

¹⁶ V. adiante, p. 29ss.

opinião pública ilustrada não se identificasse com ele, em tal caso eu estaria liquidado. Porque então o insano – finalmente a prova!, diriam sadicamente meus adversários –, o insano seria eu e não o bando de dementes que julgavam estar iniciando a revolução antimperialista mundial na América Latina...

Então percebi: meu drama continuava sendo o mesmo de antes, sim, mas ele se alçara a outro patamar. Já não mais importava que minha análise fosse correta ou não, ou que me fosse pessoalmente conveniente ou não torná-la pública. O que importava agora é que torná-la pública era fazer dela um ato político; era, como em *Antígone*, de Sófocles, cruzar o limite do espaço privado e irromper no espaço público. Mas por que fazer isto? Por que afrontar solitário a maré montante da insensatez e da loucura? E por que ceder à incoercível compulsão que me impunha anunciar ao mundo a verdade, a *minha* verdade? Por que não silenciar?

Foi neste momento que, por sobre os séculos e os milênios, pensei vislumbrar a solução de um enigma teórico que há longos anos me perseguia sem trégua e que agora se transformara em dilema vital: a *psicologia do martírio*. Em outros termos: por que determinados indivíduos de elevado padrão moral e intelectual e de comprovado equilíbrio psíquico haviam desafiado espontaneamente o poder e a morte? Por que Sócrates, podendo fazê-lo, não fugira depois de condenado pelo Conselho dos 500? Por que Thomas Becket e Thomas Morus não haviam silenciado e/ou transigido diante dos déspotas? Por que muitos mártires cristãos haviam enfrentado a tortura e a morte por não aceitarem queimar um punhado de incenso barato sobre o altar dos Césares? E por que eu, pobre-diabo,

em província mísera
a viver fadado,
a ouvir tolos condenado,¹⁷

não deveria queimar meu texto... e silenciar ao invés de afrontar a *canaille* petista a ulular insana pelas ruas?

¹⁷“Canção do exílio”, inédito, a ser publicada em *Última lira*.

Como Riobaldo, no meio da travessia eu não via. E não conseguia elaborar a solução que pensava ter vislumbrado para o enigma¹⁸. Nem havia tempo. O drama alcançara seu ápice. E só chegou ao seu final quando, já sem alternativas, entendi que já não importava o que viesse a acontecer: *o texto tinha que ser publicado!* Então, repentinamente, a tempestade ficou para trás. Contrito, eu me reconciliara com meu destino.

Em agosto saiu a primeira edição da obra. E por dois meses um silêncio tumular reinou em torno dela, apenas quebrado quando dois jornalistas da geração anterior¹⁹, que por diferentes razões gozavam de maior autonomia em suas empresas, me abriram espaço, com entrevistas de uma hora em seus programas. O resultado foi uma avalanche, raríssimas vezes ocorrida no mercado editorial local: por três meses *A nova classe – O governo do PT no Rio Grande do Sul*²⁰ não saiu da mídia e foram necessárias outras duas edições. E de meu ensaio, em separata e fora de mercado, foram publicadas no ano seguinte mais três edições. No total, no final de 2.000 haviam sido impressos cerca de 35.000 exemplares do texto.

Instantaneamente eu me transformara em celebridade política. Recusei dois ou três convites de partidos. Era tarde para mim. E renunciei a qualquer valor em direitos autorais. Para não macular, nem minimamente, as páginas já marcadas por um complexo e silencioso drama pessoal. Assim foi porque assim tinha que ser. Os que leram as páginas finais de *Fédon*, de Platão, hão de compreender.

Alguns meses depois a situação começou a voltar ao normal. O governo do PT seguia seu curso rumo à previsível derrota e eu voltei à redação de minha obra sobre a história do cristianismo primitivo²¹, já então mais preparado para entender por que os Césares haviam sido derrotados pelos seguidores de um obscuro carpinteiro, ou

¹⁸ V. “Excurso”, adiante, p. 21ss.

¹⁹ Flávio Alcaraz Gomez, na então TV Guaíba, e Jayme Copstein, em seu programa, à meia-noite, na Rádio Gaúcha.

²⁰ Porto Alegre: Novo Século, 1999.

²¹ *Jesus e as origens do Ocidente (Eu encontrei Jesus)*, agora em 3ª edição (Porto Alegre: BesouroBox, 2014).

marceneiro, da longínqua Galileia, por que Tertuliano afirmara que o sangue dos mártires se transformava em semente de novos cristãos e por que os Padres da Igreja, seis ou sete séculos depois da morte de Sócrates, haviam elevado este à condição de primeiro mártir cristão.

Para concluir, resta acrescentar uma nota técnica, secundária mas importante. Há alguns anos fui informado de que um jornalista/ensaísta do Sudeste, citando-me, teria reivindicado para si a precedência na utilização da expressão *nova classe* em referência ao PT. A questão não tem qualquer relevância, além de ser perfunctória e tola. Afinal, livros, revistas e jornais são sempre datados e assim servem para dirimir apoditicamente qualquer dúvida desta natureza. Seja como for, aproveito a oportunidade para reconhecer um lapso por mim cometido.

Quando, em agosto de 1999, publiquei a primeira edição de *A nova classe* (Novo Século: Porto Alegre), não referi de onde extraíra tal título. Foi um descuido, talvez não desculpável. Mas para mim, leitor voraz de obras de temas históricos e políticos, o título era uma óbvia – e obviamente irônica – duplicata de *A nova classe*, obra do dissidente iugoslavo Milovan Djilas, editada em Nova York em 1957, logo traduzida no Brasil e por mim lida em 1963, ou 1964. No clima tenso do período da Guerra Fria e dos idos de março no Brasil, a obra de Djilas transformara-se em um *bestseller* em todo o Ocidente. E eu, em 1999, já há décadas trabalhando como jornalista, parti do ingênuo pressuposto de que todos os meus leitores perceberiam a ironia do título. Porque a obra de Djilas era/é uma dissecação crítica do “socialismo real” e da privilegiada *nomenclatura* (quadros burocráticos) que se formara na então Iugoslávia e em todo o Leste Europeu. Mas logo percebi que por volta do ano 2.000 quase todos os meus leitores nem mesmo sabiam quem fora Milovan Djilas! E logo procurei corrigir o erro ao publicar *O PT, Marx e o cristianismo*²².

²² V. adiante, p. 136ss.